

DISCIPLINA: <b>FORMAÇÃO DAS LEIS: PODER LEGISLATIVO, LOBBY E ATIVISMO SOCIAL</b>	CÓDIGO:
PROFESSOR: <b>MICHAEL FREITAS MOHALLEM</b>	CARGA HORÁRIA: <b>60h</b>
<p><b>EMENTA</b></p> <p>Separação de poderes. Atuação política pela internet. Financiamento de campanha eleitoral. Crowdfunding eleitoral. Financiamento eleitoral público. Crowdsourcing legislativo. Processo constituinte. Partidos políticos. Plebiscito, referendo, iniciativa popular. Vícios de iniciativa. Medidas provisórias. Lei Complementar nº 95. Espécies legislativas. Emendas constitucionais. Imunidade e decoro parlamentares. Poder normativo da Justiça Eleitoral. Regulamentação do lobby. Populismo penal. Lei orçamentária. Emendas parlamentares individuais. Orçamento participativo. Protestos de rua. Avaliação legislativa. Legislação comparada. Diálogo jurisdicional.</p>	
<p><b>OBJETIVOS GERAIS</b></p> <p>O propósito do curso é compreender a formação e evolução da legislação no Brasil, considerando não apenas os atores institucionais e o processo legislativo constitucional, mas também a participação e influência da sociedade por seus grupos de interesse e as novas formas de pressão democrática. Haverá ainda duas vertentes de atuação prática: a) autoria intelectual de projeto de lei (identificar lacuna legislativa ou necessidade de atualização da lei, elaboração de minuta de projeto de lei e estratégia de introdução no processo legislativo) e b) criação e implementação de campanha de pressão pela aprovação ou rejeição de matéria legislativa em tramitação (reconhecimento dos interesses envolvidos, identificação dos agentes políticos e grupos da sociedade capazes de influenciar, percepção do momento da ação e definição do método de pressão).</p>	
<p><b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Compreender o processo democrático e o papel da sociedade no âmbito do processo legislativo.</li> <li>2. Articular o conhecimento teórico e a prática do processo legislativo formal.</li> <li>3. Conhecer estratégias de utilização da internet para influenciar a formação de leis.</li> <li>4. Conhecer a técnica e os procedimentos legislativos no direito brasileiro.</li> <li>5. Desenvolver habilidades de mapeamento das forças políticas e interesses conduzindo a deliberação de matérias nos parlamentos.</li> <li>6. Desenvolver campanhas pontuais pela aprovação ou rejeição de matéria legislativa em tramitação, como mobilizar atores interessados, e se envolver diretamente com influenciadores do processo legislativo (os políticos, imprensa, profissionais da política, os blogueiros e os organizadores online).</li> <li>7. Conhecer os pontos cruciais de ação nos processos de elaboração de leis em que lobistas profissionais, legisladores, ativistas e os cidadãos podem influenciar.</li> <li>8. Aprimorar a capacidade de acompanhamento do processo legislativo.</li> <li>9. Desenvolver habilidade de redação e técnica legislativa.</li> <li>10. Conhecimento das organizações da sociedade civil que atuam no processo legislativo da área selecionada.</li> </ol>	
<p><b>METODOLOGIA</b></p> <p>O curso oferecerá espaço para o desenvolvimento do conhecimento tanto em sala de aula, por meio dos debates sobre as leituras e sobre os problemas do processo legislativo brasileiro, quanto pelo aprendizado da prática de criação de leis. A metodologia participativa será adotada e as leituras obrigatórias serão esperadas para o aprofundamento das discussões. A cada tema serão discutidas as visões jurídicas pertinentes, mas também serão analisadas as estratégias e o contexto exterior à casa legislativa em que se dá o processo de deliberação. O curso buscará inovar efetivamente o processo legislativo de modo que dos estudantes se espera a interação real com agentes do processo legislativo e a criação de campanhas reais que tenham como foco a legislação. Em diversos pontos do curso, buscaremos solucionar problemas existentes para os quais o atual processo legislativo ainda não oferece respostas. Haverá convidados que atuam no processo</p>	

legislativo como legisladores, lobistas ou ativistas. Os principais métodos a serem utilizados poderão ser resumidos conforme segue: 1. Análise de processos deliberativos atuais em diferentes casas legislativas; 2. Aulas expositivo-participativas; 3. Estudos dirigidos; 4. Debates com convidados; 5. Elaboração de minuta de projeto de lei e interação real com o Poder Legislativo; 6. Elaboração de estratégia de campanha que tenha como objeto uma ação legislativa.

## **PROGRAMA**

### **PARTE 1: O momento anterior ao processo legislativo formal**

Aula 01: Apresentação do curso — a formação da vontade política e a construção do Direito.

Aula 02: Explicação e treinamento para a atividade final de elaboração de projeto de lei e estratégia de aprovação: os casos do estatuto do desarmamento e do código florestal

Aula 03: Separação de poderes e a relação do Poder Legislativo com o Judiciário e o Executivo.

Aula 04: Da doação de campanhas ao acesso privilegiado, do voto à pressão. O financiamento de campanhas eleitorais e o impacto na formação das leis.

Aula 05: Crowdsourcing como método de criação das leis: os casos do Marco Civil da Internet, Lei de Dados Pessoais e processo constituinte da Islândia (2009-2013).

Aula 06: As responsabilidades e limitações dos partidos políticos na criação das leis.

Aula 07: Avaliação Legislativa

### **PARTE 2: O processo legislativo e seus atores**

Aula 08: Participação no processo legislativo por mecanismos formais: as novas práticas internacionais de plebiscito, referendo, iniciativa popular e consulta pública.

Aula 09: Iniciativa legislativa: os vícios de iniciativa e excesso de proposições.

Aula 10: Medidas provisórias e o poder de agenda nos parlamentos.

Aula 11: Dúvidas, dificuldades e acompanhamento das atividades de elaboração de projeto de lei.

Aula 12: Apresentação individual dos projetos de lei (antes da semana de P1)

Aula 13: Comissões parlamentares e o plenário na tomada de decisões.

Aula 14: Os limites do poder de emenda constitucional: a interferência do STF no processo legislativo e as possibilidades de diálogo interpretativo entre os poderes

Aula 15: Processo legislativo em standby: os vetos não apreciados e aproveitamento de projetos antigos

### **PARTE 3: Pressão social, lobby e as respostas institucionais**

Aula 16: A prática do lobby: influência do poder econômico ou subsídio para formação das leis?

Aula 17: A regulamentação do lobby no Brasil: alternativas em busca de maior transparência.

Aula 18: Atuação política pela internet: ativismo de sofá ou nova arena da democracia?

Aula 19: Lei orçamentária, emendas individuais e as iniciativas de orçamento participativo

Aula 20: Respostas legislativas à pressão social: protestos de 2013 e 2015 e o impacto na produção das leis.

Aula 21: Populismo penal e as respostas do processo legislativo

### **PARTE 4: O direito comparado, o diálogo jurisdicional e a influência legislativa estrangeira**

Aula 22: O impacto do poder normativo da Justiça Eleitoral.

Aula 23: Os "transplantes" internacionais e o uso do direito comparado.

Aula 24: O diálogo jurisdicional entre cortes e a transformação do direito.  
 Aula 25: Os tratados internacionais e a legislação doméstica.  
 Aulas 26 e 27: Apresentação do trabalho final de estratégia de influência no processo legislativo.

**CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO**

Haverá 2 (duas) atividades avaliadas:

1. Nota 1 (50%do total final): Elaboração de projeto de lei: após a identificação de lacuna legislativa ou necessidade de atualização da lei em área de interesse, alunos individualmente deverão elaborar minuta de projeto de lei, definir roteiro de introdução no processo legislativo e apresentar a parlamentar. Idealmente, ao final do curso (ou logo depois), o projeto estará em tramitação em alguma casa legislativa.

2. Nota 2 (50%do total final): Elaboração de estratégia de influência no processo legislativo: criação e implementação de campanha pela aprovação ou rejeição de matéria legislativa em tramitação através do reconhecimento dos interesses envolvidos, identificação dos agentes políticos e grupos da sociedade capazes de influenciar o processo, percepção do momento da ação e definição do método de pressão.

**BIBLIOGRAFIA OBRIGATÓRIA**

SILVA, José Afonso da, O processo constitucional de formação das leis. São Paulo: Malheiros Editores, 2001.

FARHAT, Saïd. Lobby. O que é. Como se faz. Ética e transparência na representação junto a governos. Editora Petrópolis, 2007

BENEVIDES, Maria Victoria, VANNUCHI, Paulo e KERCHE, Fábio (orgs). Reforma Política e Cidadania. Fundação Perseu Abramo, 2005.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

AVELAR, Lúcia; CINTRA; Antônio Octávio (orgs.). Sistema Político Brasileiro: uma introdução. São Paulo: Konrad Adenauer – UNESP, 2004.

LANDEMORE, Hélène e ELSTER, Jon (eds). Collective Wisdom: Principles and Mechanisms. Cambridge University Press, 2014.

MEYER-PFLUG, Samantha Ribeiro. Grupos de Interesse (Lobby). SÉRIE PENSANDO O DIREITO, nº 8/2009.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Do processo legislativo. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

SIEDER, Rachel et al. The judicialization of politics in Latin America. Palsgrave Macmillan, 2005.